



Cultura e Desenvolvimento Humano Sustentável

A Agenda 21 da Cultura em cidades europeias

Rui Matoso

Novembro 2009

Título:

Cultura e Desenvolvimento Humano Sustentável
A Agenda 21 da Cultura em cidades europeias

1ª edição de autor: Novembro 2009

© 2009 Rui Matoso

ruimatoso@gmail.com
www.culturaviva.com.pt

Si c' était à refaire, je commencerais par la culture.

Jean Monnet

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
--------------------------	----------

CAPÍTULO I - A EUROPA COMO PROJECTO CULTURAL	7
---	----------

1 – Introdução

2 – A Convenção Cultural Europeia e a Dimensão Cultural do Desenvolvimento

3 - A Agenda Europeia para a Cultura

4 – Notas finais

CAPÍTULO II - CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL

– BREVE PERSPECTIVA INTERNACIONAL	33
--	-----------

1 – Introdução

2 – Cultura e Desenvolvimento Humano Sustentável

3 – A integração da Cultura no Desenvolvimento Sustentável, depois da Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

4- A Agenda 21 da Cultura, um Compromisso das Cidades e dos Governos Locais para o Desenvolvimento Cultural Sustentável

5 - Agenda 21 Local e Agenda 21 da Cultura, duas Visões complementares

CAPÍTULO III – A AGENDA 21 DA CULTURA NAS POLITICAS CULTURAIS

DE CIDADES EUROPEIAS	71
-----------------------------------	-----------

1 - Introdução

2 – Os Efeitos da Globalização Cultural nas Cidades

3 - Espaço Público e Sociabilidades Culturais, aproximações ao caso português

4 - A Agenda 21 da Cultura e o tema da *Governância* em Políticas Locais

5 - A Política Cultural nos Municípios Portugueses – panorama geral

6 - Novos Paradigmas na formulação de Políticas Culturais Municipais em Portugal?

7 – A implementação da Agenda 21 da Cultura em Cidades Portuguesas

8 - A implementação da Agenda 21 da Cultura em Cidades Espanholas

9 - A implementação da Agenda 21 da Cultura em Cidades Francesas

BIBLIOGRAFIA	121
---------------------------	------------

ANEXOS:

– ANEXO 1: AGENDA 21 DA CULTURA

– ANEXO 2: LISTA OFICIAL DE CIDADES COM AGENDA 21 DA CULTURA

ÍNDICE DE FIGURAS

- **Figura 1** : Cronograma das principais iniciativas do Concelho da Europa no âmbito da Cooperação Cultural e das Políticas Culturais (p. 15)
- **Figura 2** : O Artigo 167º do Tratado de Lisboa – A CULTURA (p.24)
- **Figura 3** : Triângulo clássico do desenvolvimento sustentável (p.40)
- **Figura 4** : A nova geometria do desenvolvimento sustentável (p.40)
- **Figura 5** : A sustentabilidade como processo integrador dos seus 4 pilares (p.50)
- **Figura 6**: Diagrama organizacional para um novo perfil de políticas culturais (p. 57)
- **Figura 7** : A transversalidade entre políticas na governância de escala local. (p. 89)
- **Figura 8** : Diagrama de Paul Baran (grau de distribuição da rede) (p.114)

Apresentação

O presente trabalho deriva directamente de um projecto de investigação apresentado para a conclusão do Mestrado em Práticas Culturais para Municípios, defendido publicamente em Dezembro de 2008, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Pretendeu-se agora articular os resultados de uma investigação em torno das políticas urbanas de desenvolvimento humano sustentável, designadamente quanto à inclusão da dimensão cultural como eixo estratégico, o que significará uma alteração do tradicional paradigma de desenvolvimento sustentável assente nos três pilares tradicionais: economia, justiça social e meio ambiente.

O ano de 2010 será o Ano Internacional da Biodiversidade, declarado pela Assembleia-geral da ONU, e cujo objectivo global é o de realçar a importância vital que a biodiversidade tem para o bem-estar humano e para a sua sobrevivência.

Será o momento de avaliar o desempenho no progresso na redução da taxa de perda de biodiversidade a nível global (tal como acordado na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo, 2002), de se concluírem as negociações do regime internacional em recursos genéticos, e do estabelecimento de uma nova Visão e da concepção de um Plano Estratégico renovado para a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Na verdade, o ritmo de extinções é “alarmante”, ou seja, mil vezes o ritmo que seria natural, estima a ONU.

Os modelos em que vêm sendo plasmadas as estratégias de desenvolvimento sustentável de grande parte das cidades europeias, designadamente através da implementação da Agenda 21 Local e dos compromissos de Aalborg tendem a ignorar a cultura como um dos seus eixos vertebradores. Esta ausência poderá ser explicável se

tivermos em consideração o facto de a Agenda 21 ter sido um dos principais resultados da conferência Eco-92, mais conhecida como Cimeira da Terra, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, intensamente focada nas questões ambientais. Contudo, é no seu capítulo vinte e oito que surge o desafio da sua aplicabilidade local, através do qual as autoridades locais são desafiadas a implementar planos de acção para a concretização dos princípios da sustentabilidade ao nível municipal, em conjunto com diversos parceiros e envolvendo todos os actores da(s) comunidade(s).

O paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentável (PNUD) enfatiza as várias dimensões necessárias para o desenvolvimento, abrangendo não só o crescimento económico, mas também a erradicação da pobreza, a promoção da equidade e inclusão sociais, da igualdade de género e étnica, a sustentabilidade ambiental, a participação política e os direitos humanos, todos considerados factores determinantes para o aumento da qualidade de vida humana.

Mais recentemente, a Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adoptada em Outubro de 2005 pela 33ª Conferência Geral da UNESCO, e ratificada em Dezembro do mesmo ano pela União Europeia, explicita no seu Artigo 2º (princípios orientadores) alínea 6 (princípio do desenvolvimento sustentável) que «a diversidade cultural é uma grande riqueza para os indivíduos e sociedades. A protecção, a promoção e a manutenção da diversidade cultural constituem uma condição essencial para um desenvolvimento sustentável em benefício das gerações presentes e futuras».

Ao ratificar esta convenção, os Estados-membros comprometem-se a empenhar-se em integrar a cultura nas suas políticas de desenvolvimento, a todos os níveis, tendo em vista criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável e, neste contexto, privilegiar os aspectos ligados à protecção e à promoção da diversidade das expressões

culturais¹.

Em questões que vão desde a erosão da biodiversidade até às alterações climáticas, a diversidade cultural tem um importante papel a desempenhar - apesar de muitas vezes subestimada - na maneira de enfrentar os actuais desafios ecológicos e garantir a sustentabilidade ambiental futura.

A comunidade internacional tem procurado principalmente respostas técnicas e científicas aos desafios ecológicos, no entanto há cada vez um maior reconhecimento de que as práticas culturais estão intimamente ligadas à integridade ambiental. O desenvolvimento de qualquer cultura surge da interacção constante entre o meio ambiente e as necessidades humanas. Assim como a identidade cultural e a estabilidade social podem ser fortemente influenciadas por condições ambientais, os factores culturais podem influenciar comportamentos de consumo e atitudes relacionadas com a gestão ambiental. Neste sentido, a cultura e a diversidade cultural são vectores fundamentais para a mudança de atitude face aos valores ambientais.

Existem diversos exemplos factuais que demonstram esta íntima conexão. O caso das comunidades Inuit (membros da nação indígena esquimó) cuja diversidade linguística, modos de vida e tecnologias tradicionais estão doravante ameaçadas pelo fenómeno do “aquecimento global” que está provocando alterações profundas nos ecossistemas dos árticos. Em Portugal, um exemplo concreto é o da relação entre a construção da Gaita de Foles Mirandesa – segundo métodos tradicionais e ancestrais – e a utilização da madeira de Buxo (*Buxus sempervirens*) que integra já a lista de espécies de plantas ameaçadas de extinção. Ora, sem esta matéria prima natural (património natural) a tradição musical (património cultural imaterial) fica igualmente ameaçada, quer no que respeita à construção dos instrumentos musicais, quer quanto à continuidade da representação musical. Deste modo, coloca-se em causa um dos princípios do

¹ Artigo 13º – integração da cultura no desenvolvimento sustentável.

desenvolvimento sustentável, o compromisso de solidariedade com as gerações do futuro, no sentido de assegurar a transmissão do património capaz de satisfazer as suas necessidades, implicando, neste caso, a diminuição da riqueza e da diversidade cultural.

O aumento do entendimento e da investigação acerca da interdependência entre biodiversidade e diversidade cultural, leva a que hoje se possa falar de “diversidade biocultural”, termo que significa a soma total das diferenças do mundo, incluindo a diversidade biológica em todos os seus níveis e a diversidade cultural em todas as suas manifestações (incluindo a diversidade linguística).

Optámos por dividir este trabalho em três capítulos de modo a permitir uma sequência de leitura, desde as temáticas gerais de grande escala – da União Europeia e da Globalização, até ao cerne do problema que em nosso entendimento urge solucionar nas cidades da União Europeia: a efectiva e definitiva integração da dimensão cultural nas estratégias territoriais de desenvolvimento (humano) sustentável.

No primeiro capítulo mostramos como é que a vitalidade dos programas e instituições que operam no âmbito da Cooperação Cultural na União Europeia devem a sua actual forma e grandeza aos primeiros esforços desenvolvidos pelo Conselho da Europa nos finais na década de 40, designadamente através da Convenção Cultural Europeia, assinada em Paris em 1954.

No segundo capítulo traçamos a génese internacional da inclusão da dimensão cultural como quarto pilar do desenvolvimento sustentável, correspondendo à assumpção de que o desenvolvimento sustentável depende da interacção harmoniosa entre os objectivos da diversidade cultural, equidade social, responsabilidade ambiental e da viabilidade económica. E evidenciamos a necessidade de se estabelecer uma íntima e complementar conexão entre a Agenda 21 Local e a Agenda 21 da Cultura.

No terceiro e último capítulo focaremos a relação bidireccional entre a Globalização

e a Localização, onde as cidades e os governos locais têm assumido um papel significativo como actores em cena no plano internacional: as cidades começam a partilhar objectivos idênticos, a ser ouvidas com atenção e a desenvolver acções e programas conjuntos com instituições internacionais, governos nacionais e sociedade civil. Neste sentido veremos como a existência da Agenda 21 da Cultura, enquanto primeira declaração mundial das cidades e governos locais, veio proporcionar clara e directamente um plano transversal a partir do qual é possível convocar a participação e os contributos de todos em prol de um desenvolvimento humano sustentável.

CAPÍTULO I

A EUROPA COMO PROYECTO CULTURAL

A consciência europeia é uma consciência em situação crítica, uma consciência de crise.

Falar da Europa é praticamente falar de crise e da urgência em invocá-la.

Xavier Tiliette

The common European cultural space cannot be firmly defined and delimited; its borders are necessarily open, not because of our ignorance, but in principle — because European culture, indeed Europe itself, is not a “fact”. It is a task and a process.

This also means that the common European cultural space cannot be defined in opposition to national cultures. What constitutes the content of “European culture” is not a philosophical question that can be answered a priori; nor is it a merely historical question.

Krzysztof Michalski²

² *The Spiritual and Cultural Dimension of Europe*, Institute for Human Sciences, 2004.

1 – Introdução

A vitalidade dos programas e instituições que operam no âmbito da Cooperação Cultural na União Europeia devem a sua actual forma e grandeza aos primeiros esforços desenvolvidos pelo Conselho da Europa nos finais na década de 40, designadamente através da Convenção Cultural Europeia, assinada em Paris em 1954.

Desde então sucederam-se diversas fases até permitir um maior protagonismo das cidades europeias em matéria de desenvolvimento cultural. A Declaração de Bremen, adoptada na década de oitenta, veio a permitir um maior enfoque na dimensão local das políticas culturais e da sua conexão com o desenvolvimento territorial.

A Comunidade Europeia, foi indubitavelmente um dos projectos fundadores da construção europeia. Apesar de o Tratado de Roma não conter nenhum capítulo explicitamente relacionado com a política cultural, existe uma referência à cultura como «factor capaz de unificar os povos e de promover o desenvolvimento social e económico».

O advento da União Europeia, através da assinatura do Tratado da União Europeia (Maastricht) em 1992, incluiu definitivamente a cultura como competência explicita da União Europeia. Durante 1996 e 1997 três novos programas de financiamento foram desenvolvidos e apresentados sob a designação de *Caleidoscópio*, *Ariane* e *Rafael*, e constituíram uma primeira etapa na realização da acção comunitária no domínio da cultura.

O programa «Cultura 2000», ainda hoje continuado pelo programa «Cultura 2007» é actualmente, como instrumento único de programação e financiamento da cooperação cultural, o principal programa de financiamento para as acções culturais dos Estados-Membros. Pelo seu grau de inovação e pelo reconhecimento que teve na União Europeia, é justo salientar aqui o papel do «Programa Operacional para a Cultura», desenvolvido

por Portugal, no Quadro Comunitário de Apoio para Portugal, no período 2000-2006 (QCA III). Em Maio de 2007, a Comissão Europeia aprovou uma Comunicação intitulada «Agenda Europeia para a Cultura num Mundo Globalizado». A partir deste momento a dimensão cultural do desenvolvimento assume na Agenda uma proeminência que até aqui não havia assumido em nenhum órgão oficial da União Europeia.

Enquanto metodologia de trabalho a Comunicação sugeriu instituir um «Fórum Cultural Europeu» para consultar as partes interessadas e promover a emergência de uma Plataforma de auto-estruturação ou um conjunto Plataformas de intervenientes. O primeiro Fórum Cultural Europeu foi realizado em Lisboa nos dias 26 e 27 de Setembro de 2007, durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

A Agenda Europeia para a Cultura marca o início de um novo capítulo na história da cooperação cultural europeia, bem como na relação com os agentes culturais, ao originar a criação de três plataformas de intervenção nas áreas do diálogo intercultural, do acesso à cultura e nas indústrias culturais e criativas.

Em consonância com um dos mais estruturantes aspectos da construção europeia, a diversidade cultural e o diálogo intercultural, o ano de 2008 viria a ser consagrado como *Ano Europeu do Diálogo Intercultural*. Esta acção de valorização comunitária, aprovada em 2006, despoletou desde logo o aparecimento de uma das primeiras plataformas europeias da sociedade civil, a *Plataforma para a Europa Intercultural* foi estabelecida em 2006 pela *European Cultural Foundation* e pelo *European Forum for the Arts and Heritage*.

Numa visão de conjunto, e na macro-escala europeia, a Europa enquanto projecto cultural apresenta um inegável vigor. Contudo, como veremos nos próximos capítulos, ao nível da escala local das cidades só muito recentemente se começa a vislumbrar a necessária e urgente tarefa de promover uma renovação das políticas públicas de cultura.

2 – A Convenção Cultural Europeia e a Dimensão Cultural do Desenvolvimento.

Quatro anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, os antigos adversários, nomeadamente a França e a Alemanha, estão ainda distantes de uma necessária reconciliação. Após o Congresso de Haia (1948), que teve como finalidade demonstrar a amplitude do movimento a favor da unificação da Europa e definir objectivos que permitam atingir essa unidade, foi fundado (1949) o Conselho da Europa³, o qual baseia a sua intervenção, em matéria de cultura, na Convenção Cultural Europeia⁴, assinada em Paris, no dia 19 de Dezembro de 1954.

O objectivo desta Convenção foi o de desenvolver a compreensão mútua entre os povos da Europa e a valorização recíproca da sua diversidade cultural, promover as contribuições nacionais para a salvaguarda do património cultural comum da Europa, respeitando os mesmos valores fundamentais e em especial incentivar o estudo das línguas, história e civilização das Partes da Convenção.

Visando fortalecer a cooperação cultural e o espírito de reconciliação do pós-guerra, o Conselho da Europa decidiu em 1958 criar um Fundo Cultural⁵ e, posteriormente, em 1962, instituir o Conselho para a Cooperação Cultural⁶. Desde a criação da Convenção de 1954 até aos dias de hoje sucederam-se diversas fases no longo caminho da cooperação, contudo, de um modo geral, pode dizer-se que o conceito

3 O Conselho da Europa é a mais antiga instituição europeia em funcionamento, a sua sede é em Estrasburgo e reúne presentemente 47 Estados democráticos da Europa. Foi instituído em Londres, no dia 5 de Maio de 1949, com a finalidade de promover a democracia e proteger os Direitos do Homem e o Estado de direito na Europa.

4 O documento integral da Convenção Cultural Europeia está disponível em: <http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/018.htm>

5 Estabelecido pela Resolução 58(13) do Comité de Ministros em 16 de Junho de 1958.

6 Fundado no dia 1 de Janeiro de 1962, o Conselho para a Cooperação Cultural substituiu o Comité de Especialistas Culturais.